



HISTÓRIA DE VIDA DE UM HOMEM TRANS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM MANAUS, AMAZONAS

Caleb Yuri de Aguiar Gomes – UFAM – calebyuri.gomes@gmail.com
Denilson Diniz Pereira – UFAM – denilsordiniz@ufam.edu.br

Educação e Inclusão

Resumo

A pesquisa apresenta uma análise bibliográfica e documental da temática identidade de gênero no ensino superior, discutindo como a educação superior pública de Manaus se porta diante da vivência de um homem trans em sua instituição, trazendo um diálogo de como identidades fora do padrão cisgênero e heterossexual tendem a ser minimizadas dentro dos ambientes acadêmicos, mesmo que sua permanência seja um direito assegurado pela resolução nº 12/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT) o qual estabelece diretrizes para a garantia do acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais em instituições de ensino. Para esta discussão, será utilizada uma metologia qualitativa que traz como dado a vivência de um homem transgênero, estudante da Universidade Federal do Amazonas, tendo como objetivo analisar sua trajetória acadêmica, e refletir sobre seu processo de inclusão na universidade, para então pensar como o curso de Pedagogia de uma Universidade Pública está enfrentando as barreiras existentes na formação oferecida. No mais, esta pesquisa visa trazer contribuições quanto a quais aspectos devem ser melhorados para que a universidade pública seja mais inclusiva para todas as identidades, destacando a importância de um ambiente acadêmico mais acolhedor e diversificado.

Palavras-chave: identidade, história de vida, homem trans, ensino público superior.



Introdução

Já há algum tempo que o termo inclusão tem sido discutido no âmbito da educação em todo o País. Porém praticamente não se pensa ou mesmo se discute sobre o homem trans, que também necessita ser de fato incluído em todos os espaços, inclusive na IES. As instituições de ensino, de modo geral, não estão preparadas para acolher o que foge à norma, principalmente, no que diz respeito aos parâmetros estabelecidos para definir determinados modelos de corpo e sexualidade, o que nos conduz a uma reflexão sobre os desafios para permanência da população LGBTQIAPIN+ na universidade.

Quanto mais afastado do padrão, mas difícil será estar nesses espaços. Podemos mencionar logo de cara a população trans. Pessoas transgênero que fogem totalmente a esta lógica estabelecida entre corpo biológico, sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero. Podemos afirmar, com certeza, que estas pessoas trans sequer conseguem finalizar o Ensino Médio, quanto mais acessar o Ensino Superior. Segundo Andrade (2012), pesquisa realizada pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, 82% das pessoas trans abandonam o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos. Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), de 2022, são ainda mais reveladores. A pesquisa mostra que cerca de 70% das pessoas trans e travestis não concluíram o Ensino Médio e apenas 0,02% dessa população teve acesso ao ensino superior.

Nessa perspectiva, se há a necessidade de pesquisar quanto a qualidade de ensino que tais pessoas, que já tiveram o ensino tão marginalizado por serem quem são, estão tendo acesso ao ingressar no ensino superior público.

Metodologia



A pesquisa assume uma abordagem qualitativa por compreender que o tema pesquisado é dinâmico, assim a melhor forma para compreendê-lo é manter contato direto com o objeto pesquisado (Esteban, 2010), constituindo-se em um estudo de caso (André, 2008). O campo de pesquisa METODOLOGIAS: selecionado será o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Manaus/AM. Os participantes envolvidos nessa pesquisa são: um acadêmico trans, denominado Caleb Yuri de Aguiar Gomes, acadêmicos e professores do curso de Pedagogia da UFAM.

Os instrumentos que serão selecionados para a produção de informações serão a observação de diversos momentos de interação do acadêmico com os participantes da pesquisa e outros indivíduos (tanto em sala de aula, quanto fora dela); assim como a análise do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. A presente análise será norteada pela idiossincrasia do acadêmico acerca dos temas elencados e, então, enredada com os pontos de vista dos alunos e dos professores, juntamente com as informações que serão produzidas pelas observações. Ou seja, os pontos de vista do discente acerca dos assuntos abordados se constituirão o eixo central da análise, em torno do qual giram as falas dos demais participantes, em diálogo com as contribuições teóricas da área. Essa forma de análise será assim definida por se entender o aluno como sujeito pensante de sua própria educação e por ser esta pesquisa construída a partir da sua perspectiva enquanto acadêmico e homem trans.

Discussão

Para Fischer (1996), o conceito de identidade apresenta-se como uma ideia-síntese que mostra como se articulam num indivíduo o psicológico e o social: trata-se de uma noção que exprime o resultado das interações complexas entre o indivíduo, os outros e a sociedade. Ganha forma como uma construção representativa do eu na relação com os outros e com a sociedade. A identidade é assim a consciência social que o



indivíduo tem de si mesmo, mas na medida em que sua relação com os outros confere qualidades particulares à sua própria existência. Segundo Castells (2008), entendesse por identidade a fonte de significado e experiência de um povo, lembrando que embora a identidade seja construída em diálogo com a diferença, o seu significado não é fixo. As instituições de ensino, de modo geral, não estão preparadas para acolher o que foge à norma, principalmente, no que diz respeito aos parâmetros estabelecidos para definir determinados modelos de corpo e sexualidade. E por não terem os espaços preparados para esse público fora do padrão estabelecido, o resultado disso é a evasão destes espaços.

Acerca da identidade, mais especificamente da identidade de gênero masculina, este é um terreno de difícil acesso, há sombra de padrões sociais historicamente definidos, diversos grupos de pessoas tiveram seus direitos negados, necessitando lutar arduamente pelo reconhecimento de sua existência e pela sua dignidade como cidadãos. Um exemplo disso é o caso das pessoas transexuais/transgênero, que almejam acesso e participação em diversos âmbitos sociais, como o campo educacional. Essas pessoas tiveram que enfrentar um árduo processo histórico-cultural de exclusão, saindo de uma condição em que era defendido que fossem descartadas em algum lugar desconhecido e secreto, por não se enquadarem na sociedade (Mendonça, 2020), até o atual momento, no qual se busca que tais pessoas sejam incluídas em todos os âmbitos sociais, inclusive, nas instituições de ensino, do básico ao superior.

Mediante este panorama, se esboça o objetivo desta pesquisa: analisar a história de vida acadêmica de um homem trans do curso de Pedagogia da UFAM. Os elementos da formação analisados se constituem os seguintes: a estrutura pedagógica e relacionamento da instituição; a formação e a prática pedagógica dos professores do homem trans e as possibilidades e limitações do estudante em seu processo de aprendizagem.

E é nessa condição de busca de inclusão e reconhecimento de identidade, que Caleb Yuri, homem transgênero e acadêmico do curso de Pedagogia da UFAM, entra no



espaço universitário, esse o qual é predominantemente cis normativo, e ele sendo uma minoria, relata ter adentrado na instituição pública regado de medos que até então, acreditava terem força para mutar suas expressões de gênero e apagar quaisquer protagonismos que pudesse ter no meio acadêmico, mesmo ouvindo que a narrativa da inclusão rondasse a faculdade de educação em um primeiro momento.

Sabe-se que a inclusão é uma perspectiva que defende o acesso de todos aos direitos conquistados, em condições favoráveis, em todas as dimensões da vida social. Nessa perspectiva, na educação a proposta inclusiva requer um processo amplo de mudanças nas instituições de ensino, que garanta condições estruturais para promover democraticamente a participação e a permanência de todos os estudantes, respeitando as suas singularidades e promovendo o seu desenvolvimento social e acadêmico. Nesse sentido, cabe perguntar quais os papéis a educação desempenhou para a manutenção de estruturas excludentes e como o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas pode se transformar em um espaço de inclusão, defesa e garantia de direitos para pessoas trans.

No Ensino Superior, o ingresso de pessoas trans ainda é incipiente, embora já se observe uma ampliação do acesso, Duarte et. al. (2013) assinalam que a maioria dos alunos trans está na rede privada, em cursos noturnos, até mesmo o próprio aluno Caleb acabou por estudar em IES privada antes de adentrar a IES pública, relatando diferenças quanto a acessibilidade acadêmica. Assim, é importante refletir sobre o processo de inclusão desse público, para pensar como as instituições públicas estão enfrentando/superando as barreiras existentes na formação ofertada para homens transgênero e demais identidades. Deve-se ressaltar que os estudos sobre a inclusão no Ensino Superior ainda são recentes e insuficientes (Castro; Almeida, 2014), pois, à medida que “os níveis de escolarização se elevam, as discussões e as práticas educacionais voltadas à inclusão se tornam escassas” (Ferrari; Sekkel, 2007, p. 642).

Nessa perspectiva, Caleb Yuri enquanto trans masculino vivenciou problemas estruturais e sistemáticos quanto a sua permanência na universidade pública, a educação lhe foi oferecida, mas o suporte necessário para ter sua identidade



reafirmada lhe faltou, seu nome social por exemplo, que é uma dignidade mínima assegurada pela Resolução CNE/CP nº 1/2018 (MEC) que normatiza o uso do nome social na educação básica e por extensão, também no ensino superior, foi um dos primeiros problemas a encontrar quando ingressou na instituição, pois não havia informação correta nos canais de comunicação ou pelos centros acadêmicos, o que acabou por constranger o discente em chamadas de presença e em interações com professores, que optavam por chamar seu nome morto em meio a classe cheia, mesmo que o aluno já houvesse comunicado previamente sobre sua identidade.

O acadêmico acabava por se sentir constrangido em meio a exposição de seu nome de registro, e por consequência desta exposição, colegas de turma também passavam a duvidar de sua identidade de gênero, visto que nem os professores, estes que deviam promover/mediar a inclusão em classe, respeitavam a individualidade do discente, resultando em vergonha e apagamento do estudante em discussões em sala como consequência das violências sofridas.

Esta situação revela carência de reflexões, estudos e estatísticas sobre discentes transgênero, o que acaba por dificultar a criação de políticas públicas que contemplam ações que beneficiem esse grupo de estudantes (Duarte et. al., 2013). Reconhecer a igualdade que une os seres humanos em meio às suas diferenças será um passo primordial para que um tratamento com equidade seja dispensado a todos os indivíduos.

Trazer esse panorama para o campo do Ensino Superior precisa ser um compromisso assumido por todos, atravessando a produção científica, assim como a luta política coletiva, para então dar oportunidades para esse grupo marginalizado, para que possam participar ativamente da universidade. Entretanto, essas políticas de inclusão não são suficientes para garantir a permanência de homens trans no ensino público, uma vez que a transfobia, o assédio e as violências como a não aceitação do nome social e até mesmo, o uso do banheiro, ainda são muitos recorrentes na UFAM.



Destaque para casos de trans masculinos como Caleb, que por ser um homem trans não hormonizado (que optou por não realizar/ainda não iniciar o tratamento hormonal com a testosterona), acaba tendo de usar o banheiro feminino por medo de violência física e verbal no banheiro masculino, o ambiente não se configura seguro para o discente e isso mostra outra falha estrutural da universidade que o aluno tem de enfrentar diariamente. Sendo assim, para combater tais ações e florescer a igualdade, deve-se iniciar o enfrentamento à condutas intolerantes, ao preconceito e à discriminação, começando com um ambiente seguro para esta comunidade, mas também com práticas pedagógicas dispostas a visibilizar e celebrar a diversidade neste ambiente acadêmico, com esta iniciativa partindo principalmente pelos docentes.

Diante disso, Girardi, Rechia e Tschoke (2020) reforçam essa demanda e afirmam, em recente pesquisa, a persistente necessidade de formação continuada dos professores, visando a educação para a diversidade, pois com a correta formação, o corpo docente pode evitar constrangimentos para alunos transgêneros e fazer a sala de referência um ambiente rico em diversidades.

Entretanto, mesmo com os incentivos e a visibilidade ganha em alguns espaços, desde 2014 os poucos avanços relacionados a políticas educacionais e de reconhecimento da população trans recém conquistados vêm passando por questionamentos que poderão culminar em retrocessos capazes de, futuramente, modificar as conquistas já legitimadas. Nesse sentido, podemos citar a exclusão/retirada de alguns Planos de Educação municipal, a menção, a discussão e o trabalho com questões cujo foco é a diversidade e a igualdade de gênero no âmbito escolar, movimento este que representa um recuo na luta pela garantia de direitos e veemente contrariando flagrantemente as Diretrizes Nacionais da Educação (Carvalho, 2015).

Acredita-se que a ausência dessas discussões dentro da universidade vulnerabiliza as pessoas trans em relação às opressões/violências vividas dentro e fora deste ambiente, pois não há como uma comunidade lutar por seus direitos se a informação



não lhe é acessível. Por essa razão, é necessário olhar para os achados das pesquisas acadêmicas com vistas a compreender quais são as suas contribuições e que caminhos podem-se trilhar para avançar na produção de conhecimento sobre o processo de identificação, mas principalmente dar voz a comunidade trans para que explicitem suas vivências, lhe dando oportunidades e meios.

No mais, no que diz respeito aos parâmetros estabelecidos para definir determinados modelos de corpo e sexualidade, quando se trata de pesquisa científica, não basta haver somente crescimento quantitativo, é necessário o acompanhamento de avanço qualitativo, dessa forma, mergulhando nas vivências da comunidade transgênero presente na UFAM. De acordo com Omote (1984, p. 21), [...] há hoje um farto volume de publicações em periódicos e anais de eventos tratando de uma ampla diversidade de problemas que vêm a propósito na compreensão e equacionamento de questões implicadas na Educação Inclusiva e de seus correlatos.

Para um avanço qualitativo expressivo pode estar faltando uma ampla revisão e sistematização dos resultados encontrados, e principalmente um vigoroso esforço para uma análise crítica e incorporação desses achados no corpo de conhecimentos já existente para a construção de referenciais teóricos sólidos, para que estes sejam apresentados e incorporados nas ementas. A inclusão de pesquisas e vivências protagonizadas por pessoas trans podem mudar toda uma perspectiva, tanto na possível incorporação destes referenciais quanto na formação de novos docentes que estejam preparados para agregar as diversas identidades em seu seio escolar.

Nessa premissa, Vygotsky (1997) afirmava que as dificuldades para a participação do indivíduo na sociedade advêm das condições do meio, primordialmente pensadas para um tipo único de ser humano, preferindo a singularidade de cada pessoa. E sendo assim, é notável como a identidade de gênero de pessoas como Caleb Yuri tendem a ser exauridas do meio social, principalmente no meio acadêmico por falta de estrutura e preparação pedagógica adequada, porém é justamente por desafiarem as estatísticas e fazerem parte do convício coletivo que merecem ter respeito quanto a sua individualidade e identidade transgênero. Atualmente, Caleb Yuri, homem trans

e acadêmico de pedagogia, após suas dificuldades iniciais no ensino superior público de Manaus, tem seu nome social na lista de chamada, passando também a estar envolvido com Iniciação Científica devido a oportunidade oferecida por um docente que visa a inclusão.

Para tanto, o acesso e a permanência do homem trans é condição fundamental, pois se converte na possibilidade de transpor barreiras à participação com autonomia das pessoas trans no meio social (Leitão; Viana, 2014), transpondo mudanças estruturais, além de cidadania e inclusão para pessoas como Caleb.

Conclusões

É de caráter social refletir sobre o processo de inclusão de homens trans como Caleb Yuri na universidade, e avaliar de forma criteriosa em como o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas pode estar enfrentando e superando as barreiras existentes na formação oferecida. Viabilizando que a graduação de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas possa se transformar em um espaço de inclusão, defesa e garantia de direitos para pessoas trans, mas também perceber os fatores que dificultam o acesso e permanência dessas pessoas na universidade, além de verificar os meios como são construídas as experiências dessas identidades, sendo neste caso, a de um homem trans dentro do contexto acadêmico. Tendo em vista que a universidade ainda é, predominantemente, um lócus cis heterossexual que muitas vezes acaba por apagar as identidades fora do padrão. No mais, é importante dar visibilidade para estas identidades para que a partir das suas vivências o ensino superior público possa se reestruturar e implementar meios para sua inclusão, dando oportunidades no meio acadêmico, mas principalmente respeitando a individualidade de cada pessoa transgênero.

Referências



ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 fs. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional. 3^a ed. Brasília: Liber Livro, 2008. CARVALHO, Mirela. Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador. 2015. Disponível em:<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-12-26/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador.html>. Acesso em 22 de junho de 2025.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2008. GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999. CASTRO, S. F. de; ALMEIDA, M. A. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, abr.-jun., 2014.

DUARTE, E. R. et al. Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n.2, p. 289-300, abr.-jun., 2013.

ESTEBAN, M. P. S. Pesquisa Qualitativa em Educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 2010. FISCHER, N. G. Os conceitos fundamentais da psicologia social. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1996.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. Psicologia Ciência E Profissão, 2007, 27 (4), 636-647.

Vania Lucia; RECHIA Simone Aparecida; TSCHOKE Aline. Acessibilidade formacional: a percepção profissional na inclusão da pessoa com deficiência intelectual no lazer. Educação & Formação, Fortaleza, v. 5, n. 13, p. 95-112, jan./abr. 2020.

LEITÃO, V. M. Caminhos para acessibilidade na UFC. In: LEITÃO, V. M.; VIANA, T. V. (Orgs). Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Platão e as Crianças com Deficiências. Rev. Pemo, Fortaleza, v. 2, n. 3, e233849, 2020. OMOTE, S. Estereótipos de Estudantes Universitários em Relação a Diferentes Categorias de Pessoas Deficientes. 1984.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNDL/LGBT). Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece orientações para a utilização do nome social. Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica. Brasília, 2018